



Câmara Municipal de Penacova

A

HASTA PÚBLICA N.º 1/DASU/GTF/2017

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

Cláusula 1.ª

Objeto da hasta pública

A Hasta Pública tem por objeto a alienação das árvores (Pinheiros bravos) marcadas para corte, constituídas num único lote, provenientes da Mata do Felgar, sita na freguesia de Penacova, concelho de Penacova e propriedade do Município, cuja descrição pormenorizada vem definida nos mapas de venda e respetiva cartografia, que se encontram em anexo ao Caderno de Encargos do presente procedimento.

Cláusula 2.ª

Entidade pública alienante

A entidade pública alienante é o Município de Penacova, NIPC 506657957, com sede no Largo Alberto Leitão, 5, 3360-341 Penacova, com o telefone n.º 239470300, fax n.º 239478098 e endereço eletrónico: geral@cm-penacova.pt.

Cláusula 3.ª

Autorização da alienação

A autorização para a alienação é da competência do Presidente da Câmara Municipal de Penacova, ao abrigo do disposto na al. cc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com poderes conferidos para o ato por deliberação de delegação de competências da Câmara Municipal tomada em reunião de 23 de outubro de 2013.

Cláusula 4.ª

Consulta e fornecimento das peças do procedimento

1 - As peças do procedimento encontram-se à disposição, para consulta dos interessados, no seguinte endereço: Gabinete Técnico Florestal do Município de Penacova, Armazém Municipal, Parque Industrial da Espinheira, 3360-287 Sazes do Lorrão, Telefone: 239470000, fax: 239470009, e-mail: gtf@cm-penacova.pt, nos dias úteis, das 8h30 às 15h30, desde a data de publicação do anúncio até ao último dia útil antes do Ato Público.



Largo Alberto Leitão, 5
3360-341 Penacova

Tel. +351 239 470 300
Fax. +351 239 478 098

geral@cm-penacova.pt
www.cm-penacova.pt

NIF
506657957

A

2 – As peças do procedimento poderão ainda ser consultadas ou descarregadas da página da internet do Município de Penacova, no endereço www.cm-penacova.pt.

Cláusula 5.ª

Esclarecimento de dúvidas na interpretação das peças do procedimento

- 1 - As dúvidas que os interessados tenham na interpretação das peças do procedimento por que se rege a alienação de material lenhoso, devem ser submetidas à Comissão da Hasta Pública, por escrito para a Câmara Municipal de Penacova, no endereço acima mencionado, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação à Hasta Pública.
- 2 - Os esclarecimentos devem ser prestados pela Comissão, por escrito, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação à Hasta Pública.
- 3 - A falta de cumprimento do disposto no n.º 1 torna os interessados responsáveis por todas as consequências da errada interpretação que porventura hajam feito.

Cláusula 6.ª

Impedimentos

Não podem ser proponentes as Entidades que estejam abrangidas por qualquer das situações previstas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual.

Cláusula 7.ª

Documentos de habilitação à hasta pública

- 1 - Para ficarem habilitados a licitar, os interessados devem apresentar os seguintes documentos:
 - a) O documento constante no Anexo I deste programa de procedimento que constitui a proposta;
 - b) Original ou cópia autenticada da Declaração de Início de Atividade, para empresários em nome individual e Certidão de Registo Comercial, para pessoas coletivas, devidamente atualizados;
 - c) Número de Operador Económico ou documento comprovativo de se encontrar inscrito na Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR), como Operador Económico.
- 2 – Os documentos de habilitação à Hasta Pública, elaborados nos termos do número anterior e que constituem a proposta, devem ser encerrados em envelope opaco e fechado, no rosto do qual deve ser escrito “Hasta Pública n.º 1/DASU/GTF/2017”, bem como o nome ou denominação social do concorrente.



Câmara Municipal de Penacova

3 – Os documentos deverão ser apresentados até ao **27 outubro de 2017**, podendo ser entregues diretamente no Balcão Único de Atendimento da Câmara Municipal de Penacova, sita no Largo Alberto Leitão, 5, 3360-341 Penacova, de 2.ª a 6.ª feira, entre as 09h00 e as 17h00, ou enviados por correio registado, para a mesma morada, desde que a receção ocorra até ao prazo fixado.

4 - Os sobrescritos com os documentos referidos nos números anteriores são ordenados e listados por ordem de entrada.

5 - Os documentos devem ser redigidos, obrigatoriamente, em língua portuguesa.

Cláusula 8.ª

Admissão ou exclusão

1 - A abertura das propostas efetuar-se-á no início da hasta pública pela Comissão, à qual caberá verificar se os documentos apresentados pelos proponentes se encontram em conformidade com o estabelecido na cláusula anterior, bem como no “Programa do Procedimento”, e que deliberará sobre a admissão ou exclusão dos proponentes.

2 - São excluídos os proponentes que não apresentem os documentos de habilitação conforme o exigido na Cláusula anterior.

Cláusula 9.ª

Critério de adjudicação

A adjudicação é feita a quem ofereça o preço mais elevado.

Cláusula 10.ª

Ato público

1 - A Hasta Pública terá lugar pelas **10h30m no dia 30 de outubro de 2017**, na sala de sessões da Câmara Municipal de Penacova, sita no Largo Alberto Leitão, 5, 3360-341 Penacova.

2 - Por motivo justificado, pode o Ato Público realizar-se dentro dos cinco (5) dias úteis subsequentes ao indicado no número anterior, em data a determinar pela entidade competente para autorizar a alienação.

3 - A decisão de alteração da data do Ato Público é notificada a todos os interessados que tenham adquirido as peças do procedimento, e publicitada pelos mesmos meios em que foi publicitada a abertura do procedimento.



Largo Alberto Leitão, 5
3360-341 Penacova

Tel. +351 239 470 300
Fax. +351 239 478 098

geral@cm-penacova.pt
www.cm-penacova.pt

NIF
506657957

4 - Ao Ato Público pode assistir qualquer interessado, apenas nele intervindo os proponentes ou seus representantes desde que devidamente credenciados e nos seguintes termos:

- a) Apresentar reclamações sempre que seja cometida, no próprio ato, qualquer infração à legislação aplicável ou ao presente programa;
- b) Apresentar reclamações contra a admissão de qualquer outro proponente ou contra a sua própria exclusão, ou da entidade que representam;
- c) Examinar a documentação apresentada durante um período razoável a fixar pela Comissão.

5 - Em qualquer momento o presidente da Comissão pode interromper o Ato Público, fixando de imediato, a hora e o dia da sua continuação, devendo justificar os motivos por que o faz.

6 - Encontra-se estabelecido um preço base de licitação para o lote posto em hasta pública, definida na Cláusula 4.ª do Caderno de Encargos, sendo a partir desse valor que se efetuará a licitação verbal.

7 - A licitação verbal terá como lanços mínimos o valor de 50,00 euros.

8 - Finda a licitação verbal, o lote será adjudicado definitivamente ao concorrente que tiver oferecido o valor mais elevado.

9 - No ato de adjudicação é lavrado um Auto de Venda com descrição do lote, respetivas condições de pagamento e identificação do adjudicatário, ao qual é entregue uma cópia.

10 - No ato de adjudicação, o adquirente deverá efetuar o pagamento, conforme estabelece o nº 2 da Cláusula 4.ª do Caderno de Encargos.

11 - Do Ato Público será lavrada ata, sendo assinada por todos os membros da Comissão.

Cláusula 11.ª

Falsidade de documentos e declarações

1 - Sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal, a falsificação de qualquer documento de habilitação ou a prestação culposa de falsas declarações determina a caducidade da adjudicação.

2 - Nas situações previstas no número anterior, a adjudicação será efetuada ao concorrente, que em licitação verbal, tenha apresentado o valor imediatamente abaixo.

Cláusula 12.ª

Anulação do procedimento

A entidade competente para autorizar a alienação pode, a qualquer momento, anular o procedimento, quando razões supervenientes e de manifesto interesse público o justifiquem.



Cláusula 13.ª

Forma de divulgação

A divulgação da Hasta Pública n.º 01DASU/GTF/2017 será efetuada por edital através de publicitação em jornal distrital, bem como no portal da Câmara Municipal de Penacova com o endereço www.cm-penacova.pt.

Cláusula 14.ª

Legislação aplicável

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente programa de procedimento, aplica-se o regime previsto no Decreto-Lei n.º 307/94, de 21 de dezembro e na Portaria n.º 1152-A/94, de 27 de dezembro e subsidiariamente no CCP.



ANEXO I

MODELO DE PROPOSTA

... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento de concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento das peças (Caderno de Encargos e Programa) do procedimento de **Hasta Pública nº 1/DASU/GTF/2017** (Alienação de Material Lenhoso), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas, pelo que apresenta a proposta pela quantia total de _____ € (também por extenso), que não inclui o imposto sobre o valor acrescentado.

À quantia supra mencionada acrescerá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.

_____ (nome do concorrente) aceita, sem reservas, todas as cláusulas e condições descritas no Programa do Procedimento e Caderno de Encargos.

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeita à execução da venda, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

_____ (data)

_____ (assinatura)